

2. As favelas e seu histórico de remoções

As favelas foram construídas mediante a ausência de uma política de habitação eficiente. A falta de moradias, especialmente para a população mais pobre, gerou a expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro em terrenos de encostas de morros e áreas alagáveis, não valorizados pelos incorporadores imobiliários, e situados nas diversas regiões da cidade, como em áreas abastadas e valorizadas, como centro e zona sul, e áreas mais pobres, como nas zonas norte e oeste. Essas habitações foram se constituindo através de uma precária infraestrutura urbana, como na ausência de saneamento básico, e de serviços públicos essenciais, como escolas e postos de saúde nas áreas próximas.

O processo de remoção sempre assombrou a população das favelas. Ao longo da história diversos casos de remoção ocorreram, motivos diversos foram colocados, mas sempre se destacou o fato de a favela ser vista como um problema para a cidade. Isto é claro até mesmo através da relação das remoções com o atual discurso ambiental, incluindo o discurso do risco, que está ligado ao objeto de estudo do presente trabalho.

A remoção foi escolhida pelo poder público em detrimento de outras opções como a urbanização, basicamente por interesses econômicos, especialmente aqueles que envolvem os incorporadores imobiliários. Segundo Valladares (1978, p. 113),

(...) foram inicialmente de ordem econômica, para satisfazer aos interesses da especulação imobiliária, da construção civil e das empresas construtoras; também de ordem política, já que interessava às classes dominantes enfraquecer o potencial ‘revolucionário’ constituído pela população das favelas.

Essa política de remoções vista ao longo da história é uma clara demonstração de como o espaço se mostra de forma desigual e que as representações dominantes acabam por ter destaque (LEFEBVRE, 2006, p. 14). E assim, a favela como espaço da população pobre deve ser reprimida, colocada em detrimento do espaço das classes mais abastadas.

A fim de contextualizar o processo de formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro, Abreu (1994) nos mostra que as favelas surgiram em um momento

de crise de moradia na cidade, em que a população aumentou exponencialmente, atraída pelo desenvolvimento na indústria e na construção civil, enquanto a produção habitacional não acompanhou tal crescimento.

Esse crescimento populacional se dava geograficamente concentrado nas proximidades do centro da cidade, principalmente nos cortiços que existiam nessa área da cidade. Com a crise sanitária e o discurso higienista, o projeto de erradicação/destruição dos cortiços foi implementado, e assim a crise habitacional mostrou-se ainda mais forte. Para onde mais essas pessoas sem moradia iriam?

Acompanhando esse processo, Abreu (1987, 2008) acrescenta que o crescimento tentacular da cidade aumentou as distâncias entre casa e trabalho, porém sem a melhoria da mobilidade urbana para o deslocamento diário dessa população. Tal crescimento se efetivou dessa maneira especialmente devido aos condicionantes físicos da cidade, encravada nos grandes maciços existentes.

O aumento do valor do solo, a distância cada vez maior que separava os locais de emprego dos novos loteamentos, o congelamento dos aluguéis (que diminuía em muito a oferta de novas habitações), tudo isso resultou em uma crise habitacional generalizada, que afetou principalmente a população pobre. Consequentemente, multiplicou-se a população favelada e proliferaram novamente as casas de cômodo. (ABREU, 2008, p. 116)

Com isso acabaram por serem ocupados terrenos nas proximidades da área central (especialmente a zona central e sul da cidade), onde se concentrava o emprego, pois o crescimento da cidade não foi acompanhado pela produção de habitações, nem mesmo por melhorias da capacidade de locomoção da população, e assim, no transporte coletivo.

Dentre as alternativas de moradia, Abreu e Vaz (1991, p. 486) nos mostram a construção de casebres em áreas “onde o acesso à terra podia se realizar sem muitas despesas: fora da cidade ou nos seus vazios, os morros.” E ainda acrescentou que essa ocupação pode ter uma intrínseca relação com as favelas, na qual

a presença de casebres em morros levanta a hipótese de se tratar de formas embrionárias de favela. Apesar de não se tratar ainda de favelas, o que inclui a conotação de adensamento e ilegalidade, pobreza, insalubridade e desordem, há certamente uma estreita relação entre os primeiros casebres esparsos e os

grupamentos que logo se tornariam marcantes na cidade. (ABREU e VAZ, 1991, p. 487)

As favelas assim surgiram pela necessidade dos trabalhadores em residir nas proximidades do seu mercado de trabalho, com a população se concentrando nas áreas próximas à disponibilidade de emprego, devido ao crescente aumento das oportunidades de trabalho devido ao crescimento da indústria e dos serviços (ABREU, 2008, p. 94). Porém a cidade formal já não possuía mais alternativas de moradia a essa população, onde o valor dos imóveis nessas áreas era muito elevado, buscaram então alternativas tidas como ilegais, sobrando a eles terrenos não ocupados e não valorizados pelo mercado imobiliário, por sua difícil exploração e consequente especulação, como as encostas dos morros e os terrenos alagáveis.

Daí, se o espaço formal (legalizado, oficial, sob controle burocrático) oferecia apenas uma localização a grandes distâncias dos locais de trabalho, o espaço físico oferecia, por outro, uma série de opções próximas, ou seja, terrenos ainda não ocupados, seja por apresentarem dificuldades à promoção imobiliária organizada (morros íngremes, mangues, margens inundáveis de rios), seja por decisão deliberada de seus proprietários (reserva de valor). (ABREU, 2008, p.94-95)

Dessa forma, a ocupação dos morros anteriormente pouco habitados, se tornou a principal alternativa de moradia da população pobre, a favela, pois a população precisava morar nas proximidades do seu mercado de trabalho.

A importância da proximidade com o mercado de trabalho tem papel fundamental não só na formação das primeiras favelas, como também na sua expansão ainda no início do século XX, e assim quando o emprego dirigiu-se aos subúrbios, através das indústrias, a expansão das favelas o acompanhou.

Em comum, elas apresentam não apenas a localização nas encostas dos morros da cidade, mas também a proximidade de importantes fontes de emprego, tanto no centro como nos bairros residenciais. A partir da década de 1920, a expansão das favelas tornar-se-ia multidirecional e incontrolável. (ABREU, 1994, p. 38)

Assim, a localização das favelas no Rio de Janeiro dava-se, principalmente, no centro e zona sul da cidade, áreas mais valorizadas pelo capital imobiliário, e onde o setor de serviços, com destaque para a prestação de serviços

domésticos, se encontra mais atuante, mas também acompanhava a expansão das áreas industriais em direção ao subúrbio da cidade, já que a população sempre tendia a se localizar nas proximidades de seu mercado de trabalho. A seguir podemos visualizar um mapa que mostra a distribuição das favelas na área da AP2 (Zona Sul e Grande Tijuca), e na área central da cidade situada na AP1. Podemos ver como as áreas ocupadas por elas (em vermelho) encontram-se nas proximidades de construções formais, em busca da proximidade com o mercado de trabalho que abordamos acima.

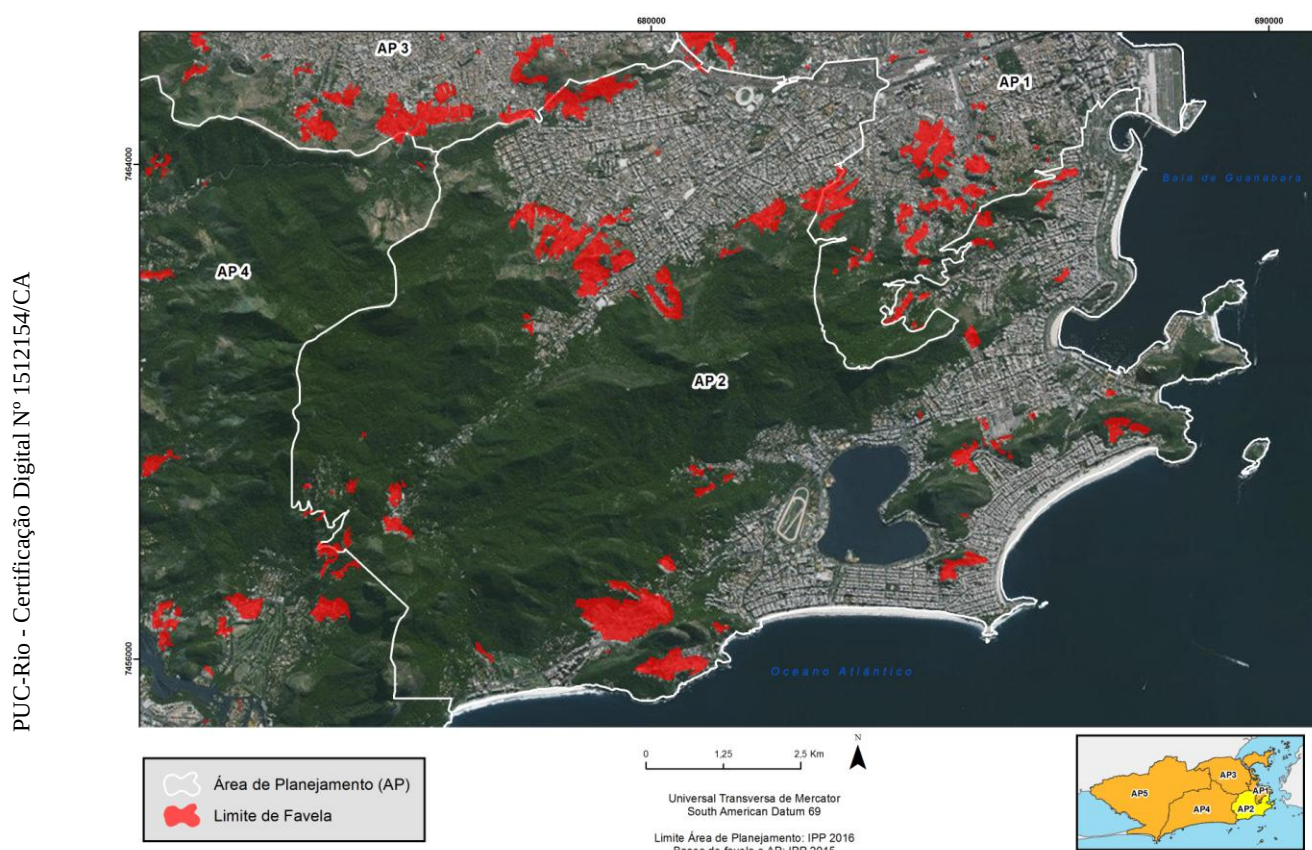


Figura 2 – Localização das favelas na área central e zona sul da cidade do Rio de Janeiro
Fonte: Instituto Pereira Passos. Elaborado pela autora.

Inicialmente a favela foi vista até mesmo como uma alternativa para a solução do problema da ausência de moradias no contexto da crise habitacional, uma alternativa para a habitação da população, fato verificado desde a ocupação dos Morros de Santo Antônio e da Providência.

Essas ocupações foram vistas como provisórias, e até mesmo estimuladas enquanto não fossem construídas habitações definitivas para a população pobre.

Assim, nesse primeiro momento, a favela mostrou-se importante para o poder público e para o capital.

Ademais, tudo indica que a permanência das favelas não esbarrava nos interesses do capital. Este, ao contrário, delas podia se beneficiar, já que representavam uma importante reserva de mão-de-obra para a indústria, para as atividades de construção civil e para a prestação de serviços, inclusive domésticos. (ABREU, 1994, p. 41)

Porém, apesar do inicial “apoio” às favelas por conta da crise habitacional, a expansão dessas não foi um processo bem visto pelo poder público; as favelas foram intensamente combatidas e até mesmo removidas. Desde o início do século XX, lembram-nos Abreu e Vaz (1991, p. 490), que “(...) os morros cariocas passaram a ser objeto de ‘limpezas’ periódicas a partir da década de 1920. E cada morro despejado dava lugar a outra favela (...)”, pois como não havia uma política habitacional eficiente para reassentar essa população, a ausência de fiscalização e de condições de moradia, a população voltava a ocupá-las, perpetuando assim a expansão das favelas na cidade.

Assim, Abreu (1994, p. 42) deixa claro que ainda na década de 1920, as favelas se multiplicaram e se adensaram. Tal fato ocorreu devido a ausência de políticas habitacionais e o cada vez maior crescimento populacional da cidade, em que mesmo com a possibilidade de ser despejada, a população não tinha outras alternativas de moradia. Com a permanente e cada vez maior ocupação, a remoção, e conseqüentemente a erradicação das favelas, tornou-se cada vez mais difícil.

Não podemos deixar de ressaltar que o aumento do número de favelas desde seu início já foi acompanhado por sua repressão e conseqüente remoção, em uma visão oposta e permeada de dicotomia entre a cidade e a favela, entre o morro e o asfalto. Esse processo ocorreu muito por conta de uma concepção de embelezamento da cidade. Dessa maneira, já percebemos uma clara segregação da estrutura urbana da cidade, em que o pobre não deveria habitar as suas áreas mais valorizadas.

A segregação espacial vista na cidade é também uma estratégia importante a ser enfatizada, pois quando a população pobre invade áreas destinadas as classes

mais abastadas, um conflito de interesses impera, no qual a população mais pobre acaba por perder essa disputa e ser expulsa de seu lugar de moradia.

Dentro de uma metrópole em que o espaço geográfico é tão particular (mar e morros), a presença de favelas em meio aos bairros de classe média e alta oferece um violento contraste entre o modo de vida dos pobres e o modo de vida dos ricos. (VALLADARES, 2005, p. 20)

Em uma tentativa para viabilizar o controle da expansão urbana e a erradicação de favelas, ainda na década de 1920, ocorreu a elaboração de planos urbanísticos, no qual seu principal exemplo foi o Plano Agache. Neste plano a segregação espacial deveria ser efetuada, na qual ricos e pobres deveriam estar situados separadamente no espaço. (ABREU, 1987, p. 10)

Abreu (2008) destaca que as favelas eram vistas, desde a época do referido Plano Agache, como problema social e de estética para a cidade (colocado até como uma doença para a mesma), e a destruição das moradias precárias, e sua consequente remoção, era entendida como a única solução, especialmente quando as favelas localizavam-se nas áreas mais nobres da cidade. Porém, inicialmente, o Plano Agache, não previa a remoção das favelas sem estar acompanhada de uma intervenção do Estado na reprodução da força de trabalho, através da produção de moradias populares para essa população mais pobre, que habitava as favelas. Deveria ser levado em consideração também que as novas moradias fossem adaptadas a essa população.

Segundo Valladares (2005, p. 40-41), a favela era representada como uma doença, um mal contagioso, e que assim deveria ser combatida, as moradias deveriam ser submetidas a regras de higiene rigorosas, para se tornarem salubres, em um claro discurso higienista. A mesma autora ainda deixa claro que

dessa maneira a ‘problematização’ precedeu a extensão do fenômeno ao conjunto da cidade e ocorreu enquanto o processo de favelização ainda não se havia generalizado na capital federal. Conforme já assinalamos, essa problematização contou com o forte respaldo do diagnóstico higienista aplicado à pobreza e ao cortiço, servindo este como uma das matrizes das primeiras representações das favelas. (VALLADARES, 2005, p. 39)

Com isso, a paisagem da favela atua como um problema para a cidade, que deve ser escondido e até mesmo erradicado, como Souza (2013) abordou através

das estratégias de ‘invisibilização’ da paisagem. Tal estratégia ocorre principalmente quando ela se encontra presente nas áreas mais valorizadas ou turísticas, marcadamente a zona sul da cidade, sendo ou apagada de cartões postais, numa estratégia abordada pelo autor como de ‘invisibilização’ seletiva, ou mesmo através de intervenções na própria parte física da paisagem, como nos casos de remoções de favelas.

Essas estratégias de invisibilização da paisagem das favelas nos remete novamente ao grave problema da remoção. A população que habita tais áreas não é levada em consideração, e assim suas relações de identidade e de pertencimento com aquele lugar em que habitam há tempos são esquecidas e deixadas de lado; o mais importante é efetuar a “limpeza” desse problema urbano da cidade.

Quando um visitante chega à cidade do Rio de Janeiro para visitação, olha em seu entorno e observa um grande número de favelas espalhadas por ela, não tendo ideia da quantidade de subjetividade implícita naquela paisagem, em quantas relações sociais, relação entre a sociedade e natureza e relações simbólicas (intra favela e entre favela x asfalto) estão implícitas naquele lugar.

Entretanto, o rápido crescimento das favelas e da sua população viraram objeto de preocupação, e a repressão das favelas sempre acompanhou tal processo, pois as favelas eram vistas n  só como um problema, mas também, nas palavras de Valladares (1978, p. 22), “como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública.”

O governo Vargas (1930) retomou a política higienista no que se refere às moradias populares, nomeando um médico, Pedro Ernesto, para a prefeitura do Rio de Janeiro, porém com uma nova perspectiva de reconhecer as favelas e melhorar a condição de vida da população favelada.

Tal reconhecimento, segundo Valladares (2005, p. 52-53), foi institucionalizado através do Código de Obras de 1937, quando possui um capítulo dedicado a extinção de habitações anti-higi nicas, e uma parte dedicada às favelas, reconhecendo-as no espaço urbano, que, dentre outras coisas, proíbe desde o surgimento de novas favelas, o aluguel, a expansão das já existentes, e até mesmo as reformas. Sintetiza que as favelas não serão permitidas e que elas devem ser extintas, através da construção de “núcleos de habitação de tipo

mínimo”, ou seja, a erradicação das favelas e a construção de moradias populares para sua substituição.

Dessa maneira, o Código de Obras de 1937 foi outro instrumento utilizado para potencializar o processo de erradicação de favelas, pois como vimos em Valladares (1978, p. 23), ele se relacionava com as favelas de modo que “previa sua eliminação e interditava a construção de novas favelas, bem como a introdução de quaisquer melhorias nas já existentes (artigos 347 e 349).”

As remoções dessa forma são utilizadas para transferir a população de áreas que quando foram ocupadas não eram valorizadas, mas que com a escassez de terrenos na cidade acabaram por se tornar.

Posteriormente, no governo do prefeito Henrique Dodsworth, especialmente no período que compreende a década de 1940, foi elaborado um novo projeto de remoção de favelas, no qual previa a transferência da população para habitações ditas como temporárias, os Parques Proletários, considerados como “a primeira experiência efetiva da política de construção de moradias populares para os residentes das favelas” (VALLADARES, 2005, p. 61). Tais parques proletários eram concebidos como uma habitação provisória, de forma a retirar a população da insalubridade da favela, para posteriormente integrá-los a vida urbana, através da construção de habitações definitivas (que por sua vez não foram efetuadas)’.

Segundo a mesma obra, foram construídos três parques proletários, o da Gávea, o do Caju e o da Praia do Pinto, entre 1941 e 1944, realojando de 7 a 8 mil pessoas, números modestos frente a população favelada, porém mostrando uma nova fase do trato do poder público com as favelas, no qual, o populismo de Vargas não permitia expulsar a população como fora feito em outras épocas, pois a favela era o lugar de um grande contingente de votos e necessária para manutenção do governo.

Fazendo um rápido paralelo com os dias atuais, tal projeto realizava a transferência da população para periferia da cidade, como no caso dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

Um fator interessante na relação do poder público com as favelas foi que em uma política populista, também na década de 1940, as favelas tornaram-se protegidas pelo poder público, pois eram foco de muitos votos, e apesar de ainda

serem “consideradas ‘chagas’ da cidade no discurso formal, eram também o manancial de uma infinidade de votos e, portanto, intocáveis.” (ABREU, 1987, p. 12)

Como vimos, a favela era vista como um problema para a cidade, e na década de 1960, especialmente após o golpe militar de 1964, uma nova campanha de erradicação foi instalada, em uma grande operação visando a remoção de favelas. A população removida tinha como destino os conjuntos habitacionais, e assim a remoção voltou a ser a estratégia fundamental para solucionar tal problema. Em que, conforme visualizamos em Valladares (1978, p.14), a política de erradicação de favelas era parte de um processo de renovação urbana da metrópole, que visava ao desenvolvimento urbano da cidade.

Com o golpe de 1964, o populismo que anteriormente era encontrado na relação entre os políticos e as favelas deixou de existir, e assim várias medidas foram tomadas visando o controle e a erradicação das favelas.

Assim, no pós-1964, Abreu (1987) nos mostra que houve um processo de ampliação da concentração de renda, e conseqüentemente das desigualdades sociais. Acompanhando esse processo, ocorreu uma drástica expansão das favelas, e também de sua repressão, através das remoções, a fim de expulsar a população pobre das áreas nobres da cidade.

Em primeiro lugar, resultou num processo drástico de remoção de favelas dos locais mais valorizados na zona sul, para que aí fossem construídas habitações de luxo (símbolos dessa mesma concentração) ou para que os morros fossem mantidos livres e desembaraçados, condição necessária para sua venda, pela empresa imobiliária, como áreas verdes. (ABREU, 1987, p. 15)

Nesta mesma década (1960) foi realizado ainda o Plano Doxiadis, que “aceitava a urbanização de determinadas favelas e só admitia a remoção, desde que os favelados fossem transferidos para zonas próximas do mercado de trabalho e acessíveis pelas redes de transporte urbano.” (GONÇALVES, 2013, p. 216)

Porém, contraditoriamente ao apresentado nesse plano, o governo estadual de Lacerda, que durou de 1960 até 1965, passou a realizar, na mesma década, uma política de remoção. Assim, nas palavras de Valladares (1978, p. 24), “lançou o programa de remoção, cujo objetivo era eliminar as favelas e transferir suas populações para outros locais.” Dessa forma, ao final do seu governo pôde-se

contabilizar uma remoção em massa, englobando mais de 42 mil pessoas e erradicando de forma total ou parcial 27 favelas (GONÇALVES, 2013, p. 218).

A população removida era reassentada em conjuntos habitacionais da COHAB-GB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara), criada em 1962. Este foi o órgão responsável pela construção e comercialização das habitações de baixa renda. O mesmo que criou conjuntos habitacionais em locais distantes do centro, como a Vila Kennedy e a Vila Aliança, para onde foram os moradores de algumas das favelas removidas (VALLADARES, 1978, p. 24).

A população era retirada de suas casas nas proximidades do seu mercado de trabalho, onde tinham seu cotidiano e suas relações de pertencimento envolvidas, para morar em locais distantes de toda sua vida constituída.

Quanto à sua localização, todos os conjuntos habitacionais, praticamente, situam-se nas Zonas Norte e Suburbana, acompanhando o traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Avenida Brasil, espalhando-se também pelas zonas periféricas do Grande Rio. Os casos de conjuntos habitacionais na Zona Sul são excepcionais, sendo produto das primeiras administrações da COHAB. (VALLADARES, 1978, p. 41)

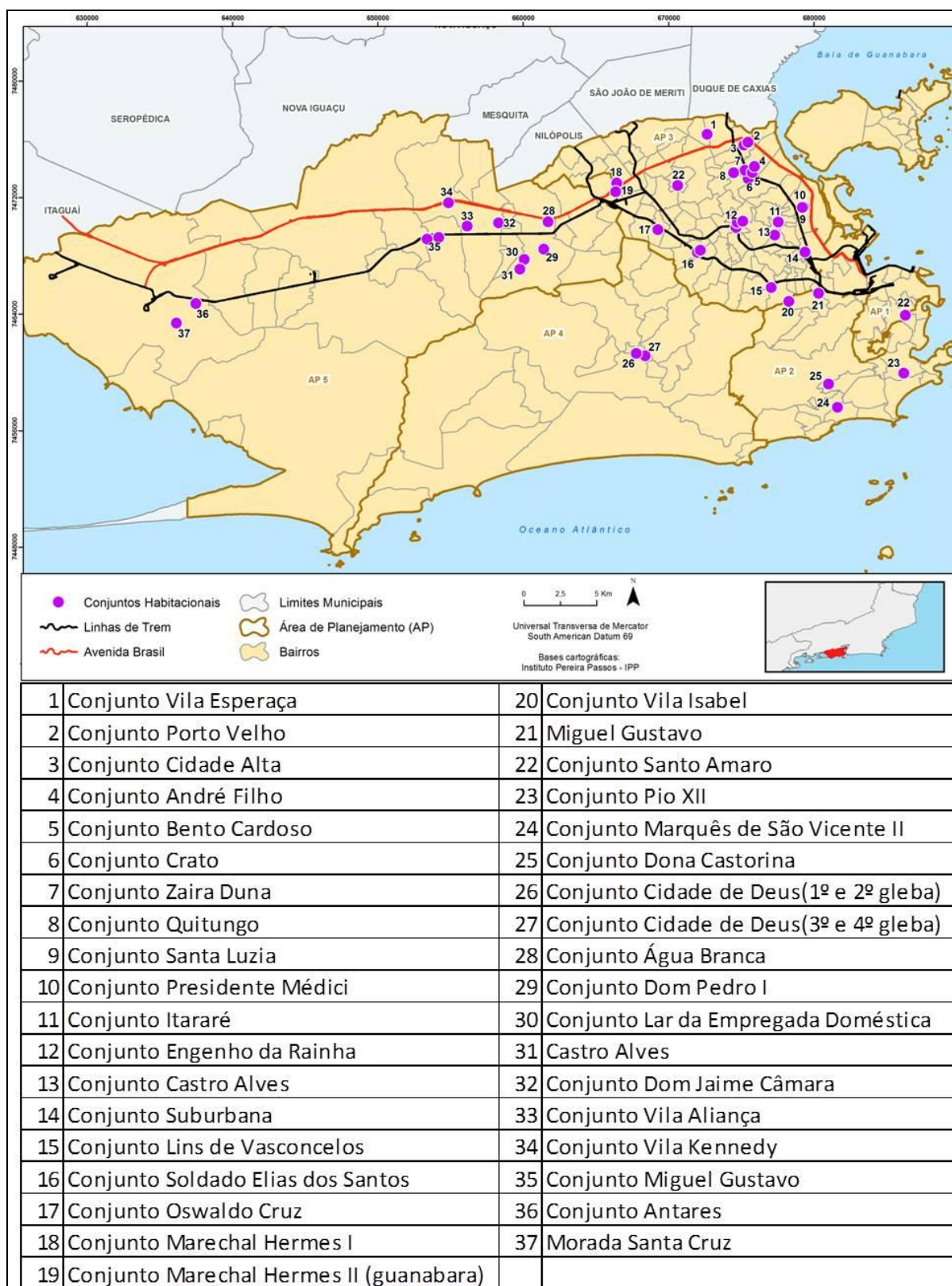


Figura 3 – Mapa dos Conjuntos Habitacionais da COHAB-GB, com base em Valladares (1978)

Fonte dos dados: VALLADARES, 1978, p. 40. Elaborado pela autora

Podemos perceber assim, que apesar da maioria das remoções serem realizadas na zona sul da cidade, notadamente a área mais valorizada, o reassentamento da população era realizado distante de seus locais de origem, o que acabou por ajudar a realizar um movimento de volta à favela.

Assim como nos dias atuais, a remoção de favelas apresentava como justificativa a realização de “interesses da cidade”; esses interesses corresponderiam a obras urbanísticas realizadas, como o alargamento e/ou construção de ruas e avenidas, construção de túneis, dentre outros. (VALLADARES, 1978, p. 32)

Quase que simultaneamente à criação da COHAB (anteriormente mencionada), para efetivar a remoção de favelas, foi criada a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), em 1968, pelo Governador Negrão de Lima, com o objetivo global de realizar a urbanização das favelas na cidade.

A CODESCO foi realizada em uma alternativa clara às remoções, de forma a integrar as favelas aos bairros ao seu redor e ao restante da cidade, melhorando as condições de habitabilidade das residências, como a condição física das casas e sua higiene, bem como promovendo a instalação de serviços públicos em sua proximidade, mantendo a população próxima ao seu local de trabalho, em uma perspectiva mais positiva da favela frente à cidade. E assim, nas palavras de Valladares (2005, p. 132),

na segunda metade dos anos 1960, durante o mandato do Governador Negrão de Lima e a ditadura militar, de indiscutível orientação antifavelas, foi criada a CODESCO. Um organismo público cuja missão era manter as favelas, reestruturando a sua implantação e permitindo um maior acesso aos equipamentos e serviços públicos.

A CODESCO teve limitações quanto à regularização e ao processo de retirada da população, mas mostrou que a urbanização de favelas era sim possível e uma estratégia socialmente mais plausível que as remoções.

Já a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio) foi criada pelo Governo Federal, poucos meses depois da CODESCO. Ela foi a grande propulsora do projeto para erradicação de

favelas no Rio de Janeiro, no qual ressaltava o caráter ilegal e provisório das ocupações.

A grande meta desse órgão era remover todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976 (Valladares, 1978, p. 38), em sua esmagadora maioria, compulsoriamente. Ela foi institucionalizada no mandato do governador Negrão de Lima (o mesmo que instituiu a CODESCO). CHISAM E CODESCO foram constituídas simultaneamente ressaltando a forma paradoxal e contraditória que as favelas eram vistas no Rio de Janeiro, em que

a luta contra as propostas da Codesco explicava-se pelo fato de que a política de erradicação das favelas permitia a liberação dos valiosos terrenos da Zona Sul, assim como provocava forte valorização do conjunto de terrenos dessa zona da cidade.” (GONÇALVES, 2013, p. 247)

Tal órgão englobou a ação de vários outros, representando uma intervenção do Governo Federal no Governo Estadual a fim de concretizar o programa de remoções, o qual a COHAB não conseguiu realizar sozinha.

A COHAB-GB e a CHISAM foram assim as duas grandes responsáveis pelo programa de remoções de favelas. Porém, existiu um conflito entre ambas, particularmente devido a atrasos na entrega ou na oferta de habitações pela COHAB, levando ao adiamento de remoções ou mesmo a remover famílias para habitações consideradas como inadequadas, e assim

o sistema previsto, em que caberia à CHISAM decidir e comandar, à COHAB construir e comercializar, e à Secretaria de Serviços Sociais remover, revelou-se pouco operante, verificando-se, frequentemente, que a COHAB não dispunha do número de unidades com características específicas necessárias a CHISAM, ou ainda que toda uma etapa do programa tinha de ser adiada ou refeita, devido a falhas no levantamento sócio-econômico realizado. (VALLADARES, 1978, p. 37)

Dessa forma, a CHISAM acabou por dominar totalmente esse programa de remoções. Um fato importante a ser ressaltado é que a área no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma das regiões mais valorizadas imobiliariamente no Rio de Janeiro, foi prioritária para as remoções da CHISAM, através das favelas Ilha das Dragas, Praia do Pinto e Catacumba (BURGOS, 2002, p.116). Retirando as favelas, e assim a população pobre dessas áreas, a cidade acabou por se tornar cada vez mais alvo da segregação das classes sociais.

A imagem a seguir mostra uma dessas favelas, a favela da Praia do Pinto no bairro da Lagoa, que foi misteriosamente incendiada, no contexto da operação da sua remoção. (BRUM, 2012)



Figura 4 – Favela da Praia do Pinto na década de 1960, na Lagoa

Fonte: <http://favelatemmemoria.com.br/favela-da-praia-do-pinto-na-dec-de-1960/>

Outro órgão essencial nesse processo, o BNH (Banco Nacional de Habitação), foi criado também na década de 1960 para financiar a construção de habitações, e também financiar o processo das remoções durante o governo militar, garantindo os recursos necessários para sua efetivação, a nível federal. Essa relação com os conjuntos era tal, que o BNH os financiava e a COHAB os comercializava. E assim, segundo Amoroso e Gonçalves (2014, p. 213), estimulando o mercado imobiliário através das políticas de financiamento e reassentamento da população, que por sua vez liberava os terrenos mais valorizados.

A criação do BNH havia liberado um volume considerável de recursos que permitiram a realização de grandes investimentos na área da habitação popular, além da instauração da política de erradicação das favelas do Rio de Janeiro. (GONÇALVES, 2013, p. 231)

Com todas essas instituições para efetuar e legitimar as remoções, “preparava-se uma operação de limpeza da Zona Sul do Rio de Janeiro, com a eliminação prevista de suas favelas” (VALLADARES, 2005, p. 18), retirando assim a população pobre das áreas mais ricas da cidade.

Porém, tais remoções não ocorreram sem encontrar a articulação e a resistência da população das favelas, inclusive com a criação em 1963 da FAFEG (Federação das Favelas do Rio de Janeiro), no contexto das remoções realizadas pelo governador Carlos Lacerda. Tal instituição tinha o forte slogan “Urbanização sim, remoção nunca”, que deixava clara a posição contrária às remoções e por melhores condições de vida nas favelas. Para a FAFEG a urbanização das favelas consistiria em algo bem diferente, já que

urbanizar a favela significaria dotá-la com uma infra-estrutura básica (água, luz, esgotos, viária, etc.), reformar ou reconstruir as casas por meio de financiamentos individuais, lotear e vender os terrenos para cada família, a partir de uma estrutura já existente. (VALLADARES, 1978, p. 112)

Apesar dessa resistência, muito devido ao período histórico que se estava vivendo, a ditadura militar, e o emprego de violência, não teve muito sucesso. A própria FAFEG foi reprimida, favelas eram removidas, ou mesmo outros métodos eram utilizados, como o misterioso incêndio na favela da Praia do Pinto sobre o qual foi falado anteriormente.

O movimento social de favelas não passou incólume, e os anos de 1969 e 1970 foram os mais dramáticos da política remocionista, com a plena atuação da Chisam. Nesse período, ocorreram alguns dos mais marcantes episódios das remoções, centradas no mais valorizado metro quadrado da cidade, nos bairros do Leblon e Lagoa Rodrigo de Freitas. Aquele que foi o episódio mais marcante das remoções, a erradicação da favela da Praia do Pinto, ocorreu após um incêndio, oficialmente dado como de “causas desconhecidas”, no dia 10 de maio de 1969. (AMOROSO E GONÇALVES, 2014, p. 218)

Percebemos que tais remoções foram influenciadas pela atuação, e pelo interesse econômico, da especulação imobiliária, pois quando as áreas de favelas não se encontram em regiões interessantes a esse setor, não foram foco das remoções.

Não podemos deixar de mencionar que para legitimar as remoções, existia um trabalho de convencimento da população, mediado pela associação de moradores, além de uma forte propaganda governamental.

Interessante analisarmos a dinâmica que ocorria na favela antes de sua remoção, Valladares (1978, p.16) nos mostra que quando a remoção era anunciada em determinada favela efetuava-se um rápido aumento no preço dos barracos, bem como a construção de novos e a ampliação daqueles já existentes, abrigando novos moradores como estratégia para conseguir os mesmos direitos dos favelados que já se encontravam ali. A população da favela aumentava nas vésperas de sua remoção, movimentando seu mercado imobiliário, pois

não-moradores de favela interessados em aceder às habitações oferecidas pela COHAB percebiam que as favelas ameaçadas representavam um meio seguro de acesso aos conjuntos, já que o programa, naquele momento, dava prioridade absoluta às populações faveladas. Tornavam-se, assim, ‘favelados de última hora’, beneficiando-se do processo normal de remoção. (VALLADARES, 1978, p. 52)

Analisando tal processo, a própria remoção acabou por contribuir para o aumento das favelas, pois atraiu novos moradores para as favelas a serem removidas, em busca dos apartamentos disponibilizados para o reassentamento da população removida.

Porém as instalações para as quais a população foi levada possuíam baixa qualidade, com inúmeros problemas na sua infraestrutura e na prestação de serviços, como a luz sem estar ligada, defeitos no acabamento da construção, etc. (VALLADARES, 1978, p. 64)

Ao realizar esse processo de remoção, não era levado em consideração a mudança na vida da população atingida, pois geralmente a população era reassentada em lugares longínquos dos de origem, longe de toda a dinâmica de vida que possuíam e que estavam acostumados, distante também do mercado de trabalho, tinham grandes trajetos a percorrer através de um transporte público ineficiente, prejudicando também a vida profissional dos trabalhadores.

Assim as remoções não obtiveram sucesso devido ao aumento drástico das despesas a que essa população fora submetida, não só com a prestação correspondente ao financiamento dos imóveis nos conjuntos habitacionais, mas

também com as diversas contas e impostos atrelados a essa nova condição de moradia (condomínio, água, luz, IPTU...).

Aumentaram também os gastos em transporte, pois a maioria das novas moradias encontrava-se distante dos locais de pertencimento e de sociabilidade da população removida, distantes de seus amigos e familiares, e de seu local de trabalho, fazendo até com que a população perdesse suas oportunidades de emprego, que estavam ligadas as áreas mais abastadas da cidade. Além de deficiências no tamanho e na qualidade da construção nas novas habitações.

Finalmente, muitos favelados não tinham condições de assumir os financiamentos e assim viram-se forçados a deixar seus apartamentos e voltar a morar em outra favela. Os conjuntos habitacionais tornaram-se, assim, uma espécie de ‘zonas de passagem’ para uma grande parte dos favelados. Ao invés de conter a favelização, essa política, pelo contrário, acabou por estimulá-la, especialmente nos subúrbios, aumentando, por outro lado, de forma exponencial, a segregação espacial. (GONÇALVES, 2013, p. 250)

Dessa forma, uma boa parte dos removidos não permaneceu nas unidades a eles destinadas por não se adaptar ou mesmo não conseguir arcar com as novas despesas, como aquelas referentes ao financiamento, impostos e outras contas a pagar. Essa inadimplência foi reprimida pela COHAB, inclusive com o despejo dos removidos, geralmente com o emprego de violência.

Tais problemas foram os grandes motivos para que a população deixasse os conjuntos habitacionais, pois a favela representava uma solução orçamentária (e assim uma solução habitacional), o jeito mais barato da população possuir sua moradia, visto o alto valor dos aluguéis e a ação da especulação imobiliária. Como vemos,

a favela sempre representou uma ‘solução orçamentária’, não só devido à isenção ou economia com o aluguel, mas também por reduzir o tempo e o custo dos deslocamentos para os locais de trabalho, assim como permitir – por sua proximidade dos bairros de classes média e alta – a prestação de serviços em geral (biscates), que complementam a renda familiar. (VALLADARES, 1978, p. 74)

Os gastos os quais a população das favelas possui são menores nas favelas do que na cidade formal, e quando ocorre a remoção, geralmente para conjuntos habitacionais situados em locais longínquos daqueles seus de origem, eleva-se

exponencialmente seu custo de vida. Sobre tal afirmação, Valladares mostra claramente que

mais do que local de moradia, esse tipo de aglomerado tem outras funções importantes: por sua localização, facilita o acesso aos mercados de trabalho e reduz os gastos com transporte; por sua natureza (área de invasão construída com recursos precários), permite que os gastos com habitação sejam reduzidos. (VALLADARES, 1978, p. 44-45)

Dessa forma, quando não conseguiam ou preferiam não permanecer nos conjuntos habitacionais, a população das favelas teve que buscar novos locais para se reassentar, procurando áreas mais baratas no que se refere a especulação imobiliária, geralmente buscavam moradias em outros lugares periféricos do Grande Rio, ou mesmo, predominantemente, voltava às favelas, ocasionando o seu crescimento, e assim, contrariamente ao que era pensado, a remoção acabou ocasionando o crescimento das favelas. Valladares (1978, p. 17) trata essa relação como a perpetuação de um círculo vicioso no qual a população saia “da favela ao conjunto habitacional, e de volta à favela” ou ainda “passavam a aumentar o cinturão periférico da metrópole, áreas onde praticamente inexistia uma infraestrutura básica de serviços, e onde as condições de habitabilidade eram precárias”.

Porém, a população removida nem sempre conseguia voltar às favelas de origem devido ao aumento dos preços dos barracos nas favelas, especialmente na zona sul. A alternativa encontrada foi procurar outras favelas, muitas vezes distantes dos seus locais de origem, aumentando assim a população das favelas que não estavam ameaçadas pela remoção.

Dessa forma, mesmo com a remoção de um grande número de favelas, a década de 1960 configura não só o crescimento das favelas, quanto um grande aumento da população das favelas em toda cidade, nas favelas que se mantiveram, como também o surgimento de novas, mostrando assim, que a política de remoções não era eficiente ao que se comprometia.

Esse crescimento tem como justificativa a perpetuação dos motivos para a existência das favelas, pois

a favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Não se trata apenas de uma questão de déficit de moradia ou de incapacidade do mercado imobiliário (setores público e privado) de produzir habitações populares em ritmo capaz de atender a uma demanda crescente. A favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes. (VALLADARES, 1978, p. 44)

Com isso, a política de remoções acabou por ter o efeito contrário daquilo que era proposto, ao invés da erradicação de favelas, promoveu o seu crescimento.

Outra forma de contabilizar e controlar a expansão das favelas, os censos são realizados para quantificar e caracterizar a população, visando uma melhora na administração pública. Dessa forma houve um primeiro recenseamento em 1948, englobando apenas as favelas do Distrito Federal, e o mais completo, Recenseamento Geral de 1950.

O objetivo desse primeiro recenseamento realizado pela prefeitura era parar a proliferação das favelas, justificando a política de erradicação de favelas. Para o recenseamento geral, era necessário realizar uma definição sobre favela, de modo geral buscaram-se cinco critérios: 1) no mínimo 50 construções; 2) predominância de casebres; 3) construções sem licenciamento; 4) ausência de infraestrutura urbana (saneamento básico, luz, telefone...); e 5) ausência de urbanização (arruamento, pavimentação...).

Este recenseamento mostrou que as favelas não se encontravam apenas nas zonas mais ricas da cidade (zona sul e centro), e sim por toda a extensão da cidade.

A favela volta ao debate com a eleição de Leonel Brizola, que governou de 1983 a 1987 o estado do Rio de Janeiro. Nesse governo a favela volta a ser vista como alternativa para habitação da população pobre, e que deveria receber infraestrutura para tal (DIAS, 2016), assim foram realizados “dois projetos-piloto de urbanização das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, localizadas na zona sul da cidade” (CARDOSO e ARAÚJO, 2007, p. 279-280)

Já na década de 1990, durante a administração de Cesar Maia, percebemos uma mudança de característica no trato com as favelas. A questão habitacional passou a ter maior destaque com a criação, no final de 1994, da Secretaria

Municipal de Habitação. Essa secretaria desenvolveu o programa Favela-Bairro (institucionalizado em 1995), como uma nova política para as favelas. Segundo Valladares (2005), a favela passa a ter um significado para a cidade, sendo reconhecido o lugar da favela na cidade, e a sua urbanização passa a ser vista como uma alternativa eficiente, deixando de lado (ao menos na teoria) a erradicação e remoção das mesmas.

Finalmente, os últimos anos do século XX assistem ao reconhecimento oficial da existência das favelas pelos poderes públicos através da constituição de 1988, do recém-promulgado Estatuto da Cidade e do usocapião urbano. O Programa Favela-Bairro comprova que erradicar e remover correspondem a políticas urbanas do passado, concordando quanto à necessidade de integrar as favelas ao tecido urbano. (VALLADARES, 2005, p. 120)

Esse programa teve como objetivo máximo realizar a integração da favela com a cidade⁴, de forma a intervir minimamente nos domicílios, sendo voltado para a urbanização e recuperação das áreas de favelas e seus equipamentos públicos. (BURGOS, 2002, p. 49)

O objetivo desse projeto era efetuar a urbanização das favelas, evitando remoções e reassentamentos, porém tais obras de urbanização não foram acompanhadas de uma maior presença do poder público nas favelas, que também não teve participação popular em seu processo de constituição. Além de, segundo decreto nº 14.332 de 07 de novembro de 1995:

"Favela-Bairro" que objetiva complementar ou construir a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer condições ambientais de Leitura da favela como bairro da cidade.

Outro fator que reacendeu a ideia das remoções na cidade foi a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, então diversas remoções foram realizadas justificadas pela necessidade de intervenções urbanas para esses eventos.

E ainda a influência dos incorporadores imobiliários na cidade, através da valorização dos imóveis da cidade, especialmente aqueles localizados nas áreas

⁴ http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm

mais abastadas, nas quais a favela se torna um “problema”, podendo desvalorizar seu imóvel.

Os interesses econômicos que giram em torno desse setor serviram certamente de justificativa para a volta do discurso político visando erradicar as favelas, assim como, mais recentemente, demonstram grande interesse pelo sucesso das UPPs, visto o impacto dessa medida no mercado imobiliário das favelas e dos bairros circunvizinhos. (GONÇALVES, 2013, 342)

Adicionamos ainda ao atual período, no qual vivemos uma fraca política de urbanização de favelas, através do programa Morar Carioca, em que o processo de remoções verificado na cidade, seja através de uma justificativa de interesse urbano por obras públicas, principalmente no contexto das Olimpíadas, ou mesmo, conforme nosso objeto de estudo representa, remoções legitimadas por um discurso ambiental, incluindo o discurso do risco.

O programa Morar Carioca, apesar de sua perspectiva megalomaniaca que se autointitula como “o maior programa de urbanização de favelas de todo o Brasil”⁵, com o objetivo de “promover a inclusão social, através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020”⁶, não seria alcançado somente com a urbanização de favelas, o programa prevê também, a remoção de favelas nas chamadas áreas de risco.

Segundo o Instituto dos Arquitetos do Brasil, que articula o Morar Carioca junto com a Prefeitura, esse programa prevê que

até 2020 serão urbanizadas 251 unidades que correspondem a 586 assentamentos que se classificam como não urbanizadas ou parcialmente urbanizadas. Este conjunto representa mais de 232 mil domicílios (IBGE 2000) correspondentes a 67% do total de domicílios em favelas, que somados aos mais de 97 mil domicílios localizados em favelas já urbanizadas eleva o percentual de domicílios atendidos a 95%. (IAB-RJ ⁷)

Assim, apesar da existência do projeto Favela Bairro, e do atual projeto de urbanização de favelas, o Morar Carioca, a questão da remoção de favelas voltou

⁵ <http://www.cidadeolimpica.com.br/morar-carioca/>

⁶ <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>

⁷ http://www.iabRJ.org.br/morarcarioca/o_programa/

a ter destaque, muito por conta da extensão territorial das favelas, principalmente em áreas mais valorizadas da cidade. Em que a remoção é concebida a fim de desocupar áreas de alto valor imobiliário.

Como todo tipo de políticas, a política habitacional possui um cunho político-ideológico, em que os diversos interesses presentes na cidade se chocam. Por consequência, a produção do espaço, e a relação existente com as favelas, é dotado de uma intencionalidade, na qual os atores envolvidos no processo de remoções dispõem de múltiplos interesses contrastantes.

Tais interesses, como os dos próprios moradores pelo seu lugar na cidade, e assim envolvendo a identidade que estes adquiriram ao longo do tempo com o território da favela; o interesse do Estado, em reduzir cada vez mais a extensão territorial das favelas; o interesse do capital imobiliário em se apropriar cada vez mais das favelas, especialmente aquelas que estão situadas em localizações privilegiadas; e ainda outros diversos interesses de atores que pensam e modificam a cidade.

A natureza do espaço é formada “pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2002, p. 106). E as favelas e seu processo de remoções não correspondem somente ao que é visto na atualidade, ele carrega uma dimensão histórica e simbólica, carregada de sentido e das mais variadas relações, que deve ser refletida a partir da análise do espaço em sua multiplicidade, na qual o espaço deve ser visto como ao mesmo tempo natural e social, prático e simbólico. Os produtos que se encontram no espaço são parciais; o que importa é o espaço como processo, visto em sua totalidade ou globalidade, através de seu histórico, com o passado, o presente e o futuro conectados.

As favelas simbolicamente associadas à pobreza e a marginalidade ao longo da história, bem como seus habitantes chamados em uma conotação negativa através do termo “favelados”, que de significar “originalmente o habitante da favela, ou seja, de um lugar determinado, passou a designar de maneira pejorativa quem quer que ocupe qualquer lugar social marcado pela pobreza ou pela ilegalidade” (BURGOS, 2006, p. 151), estão presentes na cidade em uma multiplicidade de sentidos e de percepções, pois apesar de serem

entendidas de forma homogênea como lócus da pobreza, apresentam uma intensa heterogeneidade de cotidianos e relações socioespaciais, sendo inclusive exploradas pelo mercado em uma perspectiva hierárquica submissa ao restante da cidade formal, além de claramente mostrar uma fragmentação entre favela e asfalto.